

## **“Memória, Políticas de Patrimônio e Turismo: o ‘Corredor Cultural’ no Rio de Janeiro”**

**NARA MARIA CARLOS DE SANTANA\***

### **Introdução:**

O presente trabalho apresentará uma breve discussão sobre as políticas de patrimônio nas duas últimas décadas do século XX e sua relação com as concepções de memória e identidade. A partir daí, se analisarão as relações entre a renovação sofrida pelas políticas de patrimônio e o turismo neste final de século. As análises aqui colocadas fazem parte de uma pesquisa cadastrada no CEFET RJ, e que discute a questão política do patrimônio, envolvendo suas relações com nação, identidade, memória e turismo. Sendo assim, a discussão sobre o “corredor cultural” carioca é um simples fragmento da investigação como um todo e apresenta conclusões iniciais sobre o fenômeno, a partir de uma pesquisa bibliográfica.

No Brasil, até meados dos anos 70 a política de preservação ficou restrita aos tombamentos de edifícios monumentais e jardins históricos realizados pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A participação mais ativa da sociedade nos processos de preservação aconteceria, não por acaso, no declínio do regime militar, no final dos anos 70 como consequência dos movimentos sociais urbanos. Um dos resultados de tais ações foi à revalorização do centro da cidade do Rio de Janeiro que no princípio dos anos 80 foi denominado de “Projeto Corredor Cultural”. Por este projeto, definiu-se uma área do centro urbano da cidade como de interesse para a preservação. Neste momento, alguns dos principais projetos desenvolvidos contaram com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Ministério da Cultura. Em alguns casos com as instituições locais, prefeituras, secretarias etc.

Nos anos 90 começam os investimentos voltados à recuperação do Patrimônio edificado e a reurbanização do sistema viário em áreas de valor histórico-cultural.<sup>1</sup> Vale

---

\* A Autora é Dra em História Política e Social das Idéias e professora do curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do CEFET RJ – Unidade Petrópolis.

<sup>1</sup> Alguns dos principais projetos desenvolvidos contaram com a parceria Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Ministério da Cultura. Em alguns casos com as instituições locais, Prefeituras, Secretarias etc. Só para citar um projeto: O Projeto SA’S na área do Corredor viário formado pelas ruas Estácio de Sá, Salvador de Sá e Mem de Sá, na fronteira imediata do Centro da

destacar que a lógica deste período tem muito pouco a ver com a questão da identidade nacional dos anos 30 aos 70. Naquele período, a identidade nacional estava sendo politicamente efetivada e a política de preservação do patrimônio estava sendo implantada como parte de uma política nacional. Em vista disso podemos entender que,

As representações de uma cultura política não estão isentas dos interesses dos grupos que a construíram, podemos aferir que o patrimônio histórico, entendido como uma representação simbólica de certa mentalidade possui uma intensa ligação com o campo político. Ele tanto pode ser um instrumento de dominação do campo social, como pode ser uma representação objetiva de determinada ideologia e/ou cultura política. (KNACK, 2000:7)

Como um dos destaques desta política nacional de Getúlio Vargas, temos a criação de uma política para o patrimônio. Essas políticas foram desenvolvidas no Brasil após a Revolução de 30 durante o Estado Novo, pelas mãos de intelectuais que participaram da semana de arte moderna em 1922. O patrimônio enquanto instituição começa a existir em sua base legal, a partir do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Com este decreto-lei, o então presidente Getúlio Vargas criava uma política para o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em que propunha organizar e proteger os bens móveis e imóveis existentes no país. Neste mesmo mês e ano, o Estado Novo começava e com ele uma proposta de construção do Estado Nacional. O projeto do Estado Novo tinha por objetivo a viabilização de uma nação moderna, pela via da industrialização e do acesso a cidadania através do trabalho. Entre outros aspectos que caracterizariam este período, temos: a valorização do líder, o ataque as chamadas “ideologias alienígenas”, a preocupação com a fixação da língua e da cultura e a participação de intelectuais, em especial os da Semana de 1922.

Mário de Andrade, um dos intelectuais responsáveis pela legislação de patrimônio, ressaltava que esta política visava “a construção da memória nacional em que comparecem no conteúdo, a heterogeneidade e complexidade cultural inerentes à formação brasileira”. A legislação proposta por Andrade é vista por alguns como incompatível com a política do período, no entanto, ilustra bem a necessidade de fixação de uma dada identidade. Os anos 30 e 40 se circunscreveram na história do

---

Cidade. Este projeto prevê a melhoria e renovação de áreas públicas, com abertura de novas vias, obras de drenagem, pavimentação e iluminação das ruas, melhoria das calçadas e estacionamentos, criação de praças e áreas de recreação, plantio de árvores e instalação de mobiliário urbano. Nesta fase também o BNDES passou a destinar recursos, através da lei de incentivo à cultura.

Brasil República como fundamental para a construção e definição de uma identidade nacional.

A proposta de construção do Estado Nacional fundamentou-se na legitimação do binômio “nação e povo”, como forma de acabar com a descentralização e de concretizar um projeto nacional por meio de uma ditadura. Não podemos deixar de descartar que o “abrasileiramento” dos componentes sociais, deu lugar ainda, a outro elemento fundamental na base de sustentação do regime e que fora catalizado como símbolo do cidadão nacional: o trabalhador. No que diz respeito à cultura, a ditadura do Estado Novo não podia deixar de lado este elemento fundamental na construção da nação, passando às mãos do regime a responsabilidade pela mesma.

O projeto de lei redigido em 1936, pelo escritor Mário de Andrade a pedido do Ministro da Educação Gustavo Capanema, definia o patrimônio como “todas as obras de arte pura ou aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”. A política de Andrade é marcada por uma característica dúbia, de um lado a idéia de renovação inspirada pela modernização, de outro lado, pela permanência, preocupada com a recuperação das tradições. Segundo Cavalcanti (1997: 182):

A iniciativa ministerial de chamar Mário de Andrade, um dos mais importantes escritores modernos, para redigir o programa da instituição de patrimônio a ser criada reside na convicção que a principal tarefa do MES, a formação da mentalidade futura do homem brasileiro, não estaria solidamente alicerçada caso não fosse igualmente estabelecido no presente o que importava no passado.<sup>2</sup>

Temos então outro capítulo do projeto nacionalista do período: a idéia do novo homem brasileiro. Quem seria esse novo homem? Na proposta do projeto nacional o novo homem brasileiro seria um cidadão identificado por seu trabalho produtivo, no entender do que era a chamada Democracia Social.<sup>3</sup> Para o Ministério da Educação e Saúde, a preocupação com a educação iria além da escola tradicional e com ela o ministério se preparava, segundo Capanema a “preparar, a compor, a afeiçoar o homem

---

<sup>2</sup> O MES é o Ministério de Educação e da Saúde.

<sup>3</sup> Dentre outras propostas, na Democracia Social foi concebido um novo “estatuto” da cidadania para o homem brasileiro. A proposta era transformar o trabalho numa atividade central na vida do homem e não simplesmente em um meio de ganhar a vida, como na primeira República.

do Brasil. Ele é verdadeiramente o Ministério do Homem”.<sup>4</sup> Segundo Cavalcanti (1999:180) o Ministério havia sido criado com a finalidade de construção do novo homem brasileiro.

Em vista disso, a proposta do MES era elevar o nível das camadas mais baixas de maneira “a desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras”, com o intuito de colocar em prática a homogeneização da sociedade brasileira, diminuindo as diferenças regionais e raciais e compondo uma nação “una” e indivisa, como preconizava o projeto Nacional. E a política de preservação do Patrimônio era um dos pontos chaves deste projeto.

A discussão do patrimônio no Brasil surgiu por parte dos mesmos intelectuais que estavam envolvidos no movimento modernista, caracterizado pela vontade de renovação, de desapego ao passado e pela construção de uma arte, música e literatura totalmente nova, moderna e tipicamente brasileira. Outros modernistas participaram na política cultural varguista, dentre estes, Oswald de Andrade, Manoel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Tarsila do Amaral e Lúcio Costa.

Mais tarde, o *Sphan* é transformado em *IPHAN* e este órgão hoje divide a tarefa de identificação e tombamento do patrimônio histórico, cultural e artístico com estados e municípios. Segundo Lemos (1987:85), “o tombamento é um atributo que se dá ao bem cultural escolhido e separado dos demais para que, nele, fique assegurada a garantia de perpetuação da memória.”<sup>5</sup> No final dos anos 30, o Brasil define a figura jurídica do Tombamento, no mesmo decreto de criação do *Sphan*. É importante destacar que havia mais de um modelo a ser seguido pelos modernistas, para a guarda do patrimônio. Mas, o grupo modernista do patrimônio seguiu inicialmente o modelo francês preservacionista, que consiste num método específico de classificação e registro dos bens históricos e arquiteturais. Ao elaborar o projeto original do *SPAN*, Mário de Andrade optou por seguir o formato português, com a inscrição dos bens e valores culturais em livros do

---

<sup>4</sup> Carta ao Ministro Gustavo Capanema ao presidente Getúlio Vargas, 14-6-1937. Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC. APUD: CAVALCANTI, 1999:180.

<sup>5</sup> O tombamento dos bens imóveis pode ser realizado em qualquer uma das instâncias de poder, e em cada uma delas obedece à legislação. Sobre o conceito de tombamento, pode-se defini-lo como o reconhecimento oficial de um bem junto aos órgãos de registro patrimonial.

Tombo.<sup>6</sup> Existe nesta escolha um reconhecimento de uma identidade formadora da brasilidade e que diz respeito ao processo de colonização.

O decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organizou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que define o patrimônio como sendo: “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Este decreto regulamentava a proteção dos bens culturais do Brasil e de acordo com a legislação, um bem tombado deve ser preservado e suas características originais devem ser mantidas pelo proprietário do imóvel. Com isto, ficam determinadas as relações entre patrimônio, memória e identidade nacional.

O Patrimônio que tem em sua origem etimológica uma série de significados, já demonstrava desde a antiguidade sua relação com a idéia de Pátria. Etimologicamente, pode ser entendido como aquilo que vem do pai, ou que passa de pai para filho, com um elo nitidamente familiar, que remete a herança. O homem comum, quando procura dar sentido de valor a algum objeto, diz que é um patrimônio. Entretanto, segundo Martins (2007), o ponto em comum entre os conceitos acerca do Patrimônio é de que é algo de valor, transmitido e com uso individual ou coletivo. Contudo, o conceito considerado o mais esclarecedor, no que diz respeito, as relações com memória e identidade, foi o de Rodrigues (1999), que possui uma relação com a identidade nacional que se pretende destacar. Segundo ele:

“Patrimônio é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico”

### **A identidade Nacional, o Patrimônio Cultural e a Memória:**

Dentre as definições de identidade nacional, privilegiou-se uma que incorporasse noções do conceito de nação. O conceito de Guibernau (1997:82), por exemplo, destaca o individualismo moderno, resultante do aparecimento das sociedades modernas e das

---

<sup>6</sup> SPAN – Serviço de Patrimônio Artístico Nacional – sigla originalmente proposta por Andrade, que ficou mais conhecido como *Sphan*, quando acrescentou a categoria Histórico.

diferenciações da divisão social do trabalho. Segundo o autor, “(...) um processo que dava especial significado à unicidade, é a idéia de que cada indivíduo levou a uma preocupação particular com a identidade, refletindo o desejo individual e coletivo (de grupo) de ser diferente”.

Essa análise de identidade, fruto da tese de doutorado desse autor (1997:85), destaca os elementos da democratização da educação e o reconhecimento da cultura como pontos chave da criação e sustentação da identidade como referencial nacional. O autor ressalta que “os indivíduos nascem em culturas que determinam o modo pelo qual eles se consideram em relação aos outros da natureza”.

Analisando a concepção de Guibernau sobre identidade e comparando com a análise de Hobsbawm (1997:15) acerca dos símbolos e tradições nacionais, vemos que para este último:

(...) muitas instituições políticas e movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (...) ou pela invenção (...). Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados Nacionais (...).

A partir das reflexões destes autores observa-se o vínculo entre a concepção moderna de nação, seus símbolos – ou patrimônio - e a identidade nacional. No Brasil dos anos 80, uma concepção mais abrangente de patrimônio foi apresentada na Constituição Federal.

Muitos anos após a criação dos órgãos responsáveis pela proteção do Patrimônio no país, a Constituição brasileira de 1988, no artigo 216, seção II – DA CULTURA, estabelecerá o seguinte conceito para Patrimônio Cultural:

Constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomado individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – formas de expressão; II – Os modos de criar, fazer e viver; III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Patrimônio Cultural incorporou ao longo do século XX, os conceitos de Patrimônio Histórico e Artístico, atendendo a concepção antropológica de cultura.

Retornando a discussão inicial deste trabalho, as mudanças ocorridas nas políticas de patrimônio ao longo do século XX, possibilitariam mudanças importantes nas novas propostas de preservação do Patrimônio do qual resultariam o “Projeto Corredor Cultural”.

### **O Corredor Cultural: breve análise**

Aprovada em 17 de janeiro de 1984, a lei nº 506 de preservação paisagística e ambiental do centro do Rio de Janeiro e depois revista e ampliada pela lei nº 1.139 de 16 de dezembro de 1987, ficou conhecida como a “Lei do Corredor Cultural”. (LIMA, 2007:78) Esta lei que tinha por objetivo, preservar e “revitalizar” áreas definidas no projeto, levaram em consideração os elementos ambientais que representavam valores culturais, históricos, arquitetônicos e tradicionais para a população. Dentre estes fatores, destacavam-se: a fragmentação do espaço urbano; a colagem de prédios de várias décadas diferentes; alturas e tipologias diferenciadas; grande concentração de bens tombados pelo IPHAN – com destaque para igrejas dos períodos barroco e neo-clássicos e várias obras do movimento moderno. (LIMA, 2007:82)

As características regionais, fortemente marcadas por interesses políticos, também foram levadas em consideração na implantação do “Corredor Cultural”, visto o momento ser de intensa mobilização social, com a participação expressiva das associações de moradores. As motivações mais visíveis foram: 1º) a iniciativa da prefeitura municipal; 2º) a participação ativa dos atores sociais; 3º) a grande exposição na mídia e 4º) isenção do IPTU (muito elevado nessa área central), TO e ISS.<sup>7</sup> Os locais selecionados para as obras de requalificação urbana, reurbanização de ruas, largos e praças, com investimento em iluminação dos principais edifícios foram às imediações da Cinelândia, o Largo da Carioca, o Largo da Lapa com o trecho que se estende desde a Rua Uruguaiana até a Praça Tiradentes. (LIMA, 2007:83) Essa área foi chamada de

---

<sup>7</sup> Lima (2007:82) afirma que “estes mesmos fatos não conseguem induzir as reabilitações em outras áreas significativas e históricas da cidade, que têm sido objeto de leis de proteção do ambiente cultural, visto que essas, por serem áreas desvalorizadas da cidade e, por vezes, decadentes, apresentam IPTU bastante reduzido, com valor insuficiente para a recuperação dos imóveis”.

área 1 e abrigava o Teatro Municipal.<sup>8</sup> A área 2, abrigava a Praça XV de novembro, composta por diversas arquiteturas religiosas e civis, formada de um casario antigo, e foi a área com um maior avanço na revitalização e manutenção de edifícios e a área 3 e 4 formada pelo complexo comercial do Largo do São Francisco e imediações (SAARA) (VARGAS, 2010:23).<sup>9</sup> Segundo Vargas (2010:24),

As associações existentes nesta região participaram ativamente da formulação do projeto Corredor Cultural, comparecendo em reuniões de desenvolvimento da idéia. A criação do Saara está ligada a um movimento contrário as demolições que iriam acontecer no casario, pois estava sendo pensado para a área um projeto de avenida que começava na Glória, passava pela Rua da Lapa em elevado, entrava por onde é hoje a Rua República do Paraguai, rasgava os quarteirões do Largo de São Francisco, atravessava a Av. Presidente Vargas e iria parar em São Cristóvão através de um trecho em viaduto. A intervenção não ocorreu pela forte atuação da associação dos comerciantes.

O projeto Corredor Cultural foi inspirado no modelo francês do *Secteur Sauvergardé*, que decretou áreas de proteção especificamente no Centro Histórico e agregava áreas de proteção do ambiente construído – APACs. Assim como nos bairros franceses de Marais e no Château Rouge, em Paris, ou Alfama, Mouraria, Mandradoa e Bairro Alto Lisboa, foram desenvolvidas tradições de uso multifuncional do solo nos bairros antigos do Rio de Janeiro, como Santa Tereza, Saúde, Estácio e Cruz Vermelha. Vale observar, as diferenças entre as áreas francesas e cariocas. A primeira é ocupada por palacetes e mansões senhoriais, enquanto o segundo tem uma grande quantidade de casarios sem valor excepcional com exceção feita para a arquitetura religiosa. Vale ressaltar que nos dois casos, os edifícios preservados correspondem a algum momento da memória histórica e constituem retratos da identidade popular. O casario carioca é formado por construções vernaculares, construídas principalmente no início do século XX, como resultado da política de embelezamento e urbanização da cidade, tendo a

---

<sup>8</sup> Segundo LIMA (2007:83) “as etapas seguintes foram progressivamente atingindo toda a área central, mesmo nos trechos não preservados. (...) a importância das obras que entre 1993 e 1996, chegou a atingir valores próximos a U\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares).

<sup>9</sup> A região onde é localizada a SAARA, mais precisamente a Rua da Alfândega e adjacências, foi a área de escoamento dos navios chegados ao porto e onde se realizava a alfândega, vistoria e conferência das mercadorias. Daí o nome rua da Alfândega, recebido em 1716 após várias outras denominações. Como era bem próximo ao porto, este local também serviu como abrigo aos inúmeros imigrantes sírios, libaneses, judeus, gregos, turcos, espanhóis, portugueses e argentinos, que chegaram ao Brasil no final do século XIX e início do século XX. Alguns deles, fugidos da primeira guerra mundial, descobriram no Brasil uma possibilidade de futuro. <http://www.compreasaara.com.br/institucional/quem-somos> acesso em 13/06/2011.

frente o prefeito Pereira Passos, que se constituiu numa das maiores reformas urbano do país presidido pelo presidente Rodrigues Alves.

Por essa política urbana de proteção ambiental, pretende-se evitar a degradação e desertificação das áreas protegidas. A proposta visa manter a população jovem e as famílias nos bairros antigos, a partir da oferta de trabalho e suporte sócio-econômico. Com uma legislação específica para a área foram feitas várias medidas para favorecer a diversidade regional, aumentar a oferta de imóveis habitacionais, principalmente em áreas da Cruz Vermelha e adjacências. A área beneficiada inicialmente pelo projeto Corredor Cultural também foi agregada as APACs (Áreas de Preservação do Ambiente Cultural).<sup>10</sup> Lima (2004:21), destaca que:

A intensão, a exemplo dos bairros parisienses do Marais e no Château Rouge, foi a de proteger as atividades particulares da Cruz Vermelha e adjacências, como o incentivo à manufatura e recuperação de mobiliário, às escolas de artesanatos vinculadas ao restauro, à fabricação de luminárias e elementos de acrílico, às lojas de revenda de livros usados, aos antiquários, usos atualmente consagrados nas adjacências da Rua do Lavradio.

A proposta das APACs só torna-se possível, a partir dos anos 90, quando o conceito de Patrimônio Cultural amplia-se para Patrimônio Ambiental, e passam a ser incluídos a proposta de preservação e conservação do patrimônio imobiliário, o patrimônio físico-territorial, os impactos do meio ambiente urbano e humano, a fim de combater a excessiva prática de exploração territorial capitalista, dentre tais práticas a de utilizar o patrimônio simplesmente como valor de troca comercial. (LIMA, 2004:86)

A diferença do modelo preservacionista do “Corredor Cultural” para os modelos anteriores, é que estes privilegiavam a conservação de partes isoladas do imobiliário urbano e não o seu conjunto. Neste sentido, autores como Rabah (2006) e Sampaio (2006), consideraram esse projeto como um marco histórico para as políticas de preservação de patrimônios históricos, ressaltando a mobilidade do conceito de patrimônio, mas evidenciando sua função histórica.

Uma cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica como por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim como pelo conjunto de seus edifícios maiores e menores; por isso, assim como

---

<sup>10</sup> Vargas(2010:22) explica que a partir de 1992, o plano diretor Decenal (lei complementar 16/1992) estabeleceu os alicerces para as APACs, tornando este um importante instrumento para a proteção do ambiente construído.

no caso de um monumento particular, é preciso aplicar-lhes as mesmas leis de proteção e os mesmos critérios de restauração, desobstrução, recuperação e inovação (GIOVANNONI *apud* LIMA, 2007:86)

A cidade guarda elementos históricos que preservados registram a memória de seus habitantes e refletem de maneira excepcional sua vida e história. Mário de Andrade, um dos intelectuais responsáveis pela legislação de patrimônio, ressaltava que a política de proteção de patrimônio visava “a construção da memória nacional em que comparecem no conteúdo, a heterogeneidade e complexidade cultural inerentes à formação brasileira”. A legislação proposta por Andrade é vista por alguns como incompatível com a política do período, no entanto, ilustra bem a necessidade de fixação de uma dada identidade.

Pode-se entender a memória descrita por Andrade, como aquela que leva em consideração a formação étnica, seus símbolos representados tanto pelo imobiliário, quanto pela cultura. Para Halbwachs (*apud* ORTIZ, 1994: 131), “a memória coletiva se apresenta como tradição”. No caso do projeto aqui tratado, a reforma urbana, se propõe a preservar elementos do patrimônio material, que carregam em si uma representação da história dos habitantes daquela região. Região essa, que representa um momento específico da constituição do espaço urbano carioca e revela as especificidades dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro. Por constituírem-se enquanto bairros históricos, início e meio da colonização e expansão da cidade, concordamos com o relato que afirma:

Falando dos bairros históricos e sua proteção, G.C.Argan (1993) alega que se atribuímos um valor e se continuarmos a fazê-lo, é porque este bairro exerce ainda uma função, mesmo que não seja mais sua função original e que seu valor não represente mais do que um valor estético e de testemunho de história. (*apud* LIMA, 2007:84)

### **A guisa de conclusão:**

Ainda há muito que se falar sobre o patrimônio cultural e sua significação social. Estudando identidade nacional a partir do patrimônio, percebi que existe uma preponderância da arquitetura neste campo de estudos. No que diz respeito a projetos recentes e específicos como o “Corredor Cultural” a produção intelectual se concentra nos trabalhos de arquitetura e urbanismo, o que torna o tema ainda mais interessante.

Por isso, esse trabalho apresenta uma conclusão ainda bastante inicial. Não foram incluídas aqui, as análises da história das políticas de patrimônio do século XX, que seriam importantes nessa discussão, já que o século XX foi palco de vários encontros internacionais para a definição de políticas de patrimônio. Para citar um destes encontros, o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza, de 25 a 31 de maio de 1964, publica a chamada Carta de Veneza, que traz importantes definições sobre conservação e restauração de monumentos e sítios históricos que antecedem e encaminham os rumos traçados no projeto aqui referendado, “Corredor Cultural”.

Nesta carta, logo no artigo 1º, fica estabelecido que “a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular”. Neste sentido fica estabelecido a relação final, não discutida no corpo do texto, da relação entre patrimônio - aqui entendido como “Corredor Cultural” - e Turismo Cultural.

O Turismo Cultural constitui-se, para os fins aqui propostos, de um sistema de comunicação em que o lazer e o turismo se constroem e se interligam em complexos processos de difusões e interações culturais. (TOMAZZONI, 2007:1) Mais ainda, como ressalta Brandão (2010:244):

Turismo cultural pode se definido como o conjunto de atividades turísticas que se desenvolve em função do patrimônio histórico-cultural e permitem a observação da organização social do homem junto ao seu ambiente, retratando seus usos e costumes, tanto atual como de seus antepassados.

Sendo as identidades culturais preservadas na forma de patrimônio cultural é importante esperar que essa preservação não seja contaminada por outros interesses e espera-se que “a inflação do patrimônio histórico-arquitetônico iniciado na década de 1960 que advém de outra lógica”, a da cultura de massas, não seja perpetuada na preservação de nosso centro histórico. Mais também que o sentido da identidade seja preservado. Em nome da história. Pela valorização do patrimônio nacional. E finalmente, em nome de um turismo cultural desenvolvido.

Referências:

- BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas-SP: Papyrus, 2000.
- CORREIA, Maria Rosa (org.). **Oficina de Estudos da Preservação** (Coletânea I). Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Oficina de Estudos da Preservação** (Coletânea II). Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. RJ: Jorge Zahar, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo: desde 1870**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Corredor Cultural do Rio de Janeiro: Uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio Cultural**. Ver. Fórum Patrimônio: amb. Constr e patr. Sust., Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. 2007.
- LIPPI, ET AL. **O Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RABAH, Nina Maria de Carvalho Elias. **Centro do Rio: perdas e ganhos na história carioca**. Tese de Doutorado (apresentado ao programa de pós-graduação em Geografia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- SAMPAIO, Andrea da Rosa. **Normas Urbanísticas e sua influência no processo de configuração espacial: o caso de São Cristóvão**. Tese de Doutorado (apresentada ao programa de pós-graduação em Urbanismo). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- VARGAS, Marcela Vieira. **Habitação Social no Centro do Rio: Uma etapa para a reabilitação urbana**. Dissertação de Mestrado (apresentada ao programa de pós-graduação em Bens Culturais e Projetos Sociais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas- CPDOC, 2010.